

"Grupo radical manobra Constituinte"

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

A vontade política do povo e do governo não está sendo sentida pela Constituinte. A maioria do povo brasileiro é moderada e a Constituinte está sendo manobrada por um pequeno grupo de esquerda radical. Ao manifestar essa opinião, o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, foi o mais aplaudido na reunião que o presidente José Sarney promoveu ontem com o seu Ministério no Palácio do Planalto.

No encontro com seus auxiliares diretos, Sarney deixou claro que deseja a participação de todos nos trabalhos da Constituinte. No final, ele se dirigiu a cada um, pedindo que "examinasse o projeto de Constituição e ao mesmo tempo procurasse analisá-lo em face da realidade do governo, apresentando as sugestões às nossas lideranças dentro do Congresso".

Por volta das 14 horas, aparentemente satisfeito, enquanto se dirigia para o restaurante da Presidência da República, Sarney destacou o pedido que fez aos ministros: "mas não antecipou os pontos que gostaria de ver analisados. Garantiu, no entanto, que não falou sobre o futuro sistema de governo."

COLABORAÇÃO

Ao criticar os trabalhos da Constituinte, o general Leonidas Pires Gonçalves admitiu ser compreensível o sucesso dos parlamentares de esquerda nas comissões temáticas. "Mas, agora, o anteprojeto da Comissão de Sistematização fere o verdadeiro ideal do povo brasileiro." O ministro do Exército ressaltou que "não há a menor dúvida que o projeto publicado hoje não representa o desejo democrático da Nação, incondicionalmente apoiado pelas Forças Armadas", e pediu ao presidente que recebesse suas palavras como colação. A conclusão do general é que "uma minoria está fazendo uma Constituição sem pensar no futuro, no Brasil, e com ressentimentos, para não usar outra palavra".

Como exemplo do irrealismo do substitutivo de Bernardo Cabral, o ministro citou o artigo 32, que dá aos ex-combatentes da Segunda Guerra direito de aproveitamento no serviço público sem concurso e com estabilidade, aposentadoria aos 25 anos de trabalho, pensão e assistência médica, entre outras coisas. "Só isso acrescenta C\$ 50 bilhões aos gastos das Forças Armadas", disse o general Leonidas, explicando que no Exército há cerca de 20 mil pessoas nessas condições, e mais 30 mil na Marinha e Aeronáutica.

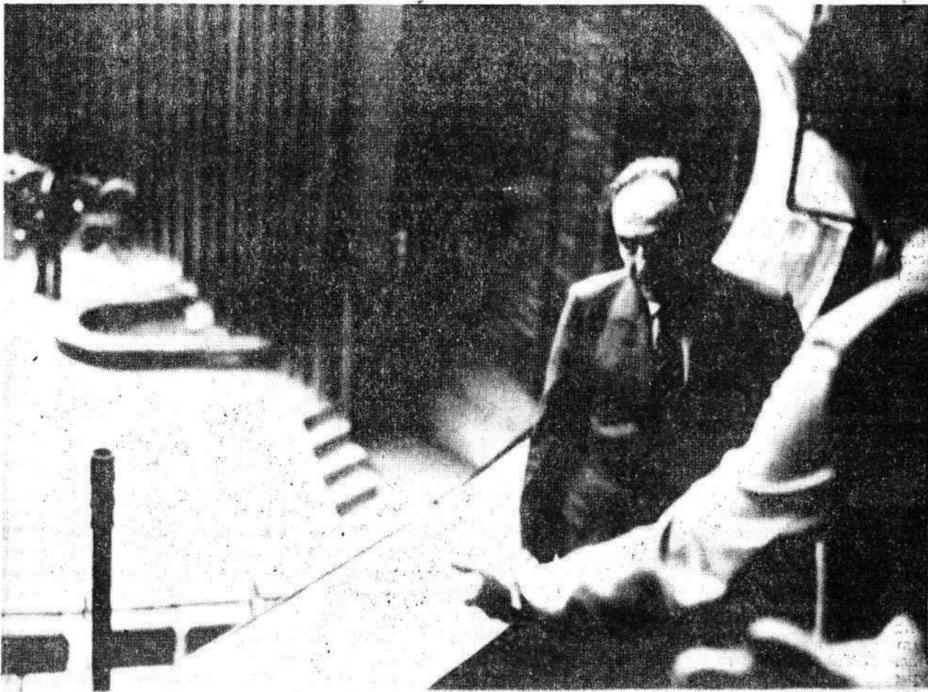
O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, único parlamentar a falar na reunião, apoiou integralmente o pronunciamento do ministro do Exército, acrescentando que "o anteprojeto é fruto de uma minoria inexpressiva mas de grande atividade, como são sempre os ativistas de esquerda". Depois, o deputado tranquilizou os ministros, garantindo que "o plenário não aprovará esses absurdos". Durante a reunião, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, pediu insistentemente a palavra ao presidente Sarney, sem êxito.

Logo no início, o presidente frisou que alguns pontos do substitutivo de Bernardo Cabral não podem passar como estão. Citou, como exemplo, a mineração, que se tornará praticamente impossível se permanecer o tratamento dado pelo relator. No caso da distribuição dos tributos, Sarney advertiu que "a União acabará sem receita, incapacitada". Se o sistema de governo não foi analisado durante o encontro ministerial, este foi o principal tema do almoço do presidente com os ministros Paulo Brossard, Ronaldo Costa Couto e Bayma Denys e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Terminada a reunião, o deputado José Lourenço insistiu em que o substitutivo do relator Bernardo Cabral "foi elaborado por um grupelho que não se identifica com o que pensamos, na calada da noite. Não representa o pensamento da maioria e por isso será rejeitado". Ele explicou que agora há apenas duas alternativas: a substituição completa do documento ou a introdução de alterações profundas em seus principais pontos.

Lourenço disse ainda que "temos compromissos com as Forças Armadas, da mesma maneira como temos com os produtores rurais para que não sejam desapropriadas terras produtivas. Para o deputado, o ministro Leonidas Pires Gonçalves teve razão em reclamar do rumo que vem sendo dado à futura Constituição. Ele frisou que o que está no substitutivo não é o resultado de entendimentos e negociações anteriores entre os grupos partidários na Constituinte.

Segundo os militares, o projeto de Cabral não representa a vontade da Nação



Segundo os militares, o projeto de Cabral não representa a vontade da Nação

Covas critica a intromissão do Planalto

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), condenou ontem à noite, em Vitória, a intromissão do Palácio do Planalto nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo ele, o presidente Sarney tem o direito e o dever de colocar suas opiniões, mas, ao torná-las conhecidas, acaba influenciando a quem não deve influenciar. Também em Vitória, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, discordou de Covas, alegando que Sarney "participa de forma democrática e viável nos trabalhos da Constituinte, contando com sua bancada". Covas e Cabral participaram em Vitória de um debate sobre a Constituinte.

Logo ao desembarcar, o líder do PMDB na Constituinte criticou os apelos que o presidente Sarney vem fazendo em favor da manutenção do presidencialismo e contra a adoção do parlamentarismo, que o substitutivo de Bernardo Cabral propõe. Mesmo assegurando o direito do presidente de ter suas posições pessoais, Covas disse discordar de declarações do tipo "vou empenhar todos os meus ministros no sentido de garantir ou trabalhar pelo presidencialismo".

Cabral, porém, entende que, ao defender o presidencialismo, o presidente Sarney não influenciará os trabalhos finais da Constituinte. "Enquanto ele defende o seu ponto de vista, nós continuaremos defendendo o parlamentarismo."

Prodasen já previa o atraso

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

O Prodasen recebeu o texto final do substitutivo do relator Bernardo Cabral para impressão pouco depois das 17 horas, de quarta-feira. Era o único exemplar pronto e foi levado às impressoras para não atrasar a impressão. Enquanto o próprio Cabral optou pela entrega a Ulysses de uma versão não definitiva do documento, apenas para compor a cena da entrega simbólica. Isso foi feito mesmo contra a sugestão de diretores do Prodasen, que alertaram para o descontentamento que tal expediente poderia provocar.

Cabral anunciou aos jornalistas que as cópias seriam entregues por volta das 19 horas, mas o diretor do Prodasen, Sérgio Otero, calculava que isso não poderia acontecer antes das 23 horas, devido ao volume de trabalho e ao esgotamento físico da equipe que trabalha com as impressoras a raio laser. As cópias ficaram prontas a 0h30 da madrugada de ontem e, além de 15 exemplares para os jornalistas, as primeiras 553 cópias foram entregues aos constituintes, em suas residências, até às 8 horas.

Não houve nenhum problema técnico no Prodasen, nem interferência do Palácio do Planalto para atrasar a impressão e possibilitar mais alterações no substitutivo, segundo Otero. O último grupo, aliás, que converteu com Cabral no Prodasen foi de parlamentares da esquerda, do PT e PDT, até depois das 14 horas. E algumas alterações ainda foram aceitas pelo relator.

O trabalho de remissão do texto final foi o mais complicado e atrasado bastante a impressão. Tratava-se de renumerar os artigos. Para isso, é preciso haver referência aos outros artigos, isoladamente. No texto final de Cabral houve 107 remissões, média bastante superior aos documentos anteriores. As equipes de funcionários estavam esgotadas, pois o trabalho tem sido incomum nos últimos dias, havendo funcionários que permaneceram 36 horas seguidas no Prodasen, observou Otero. Ao final da tarde de ontem, 1.300 exemplares de cópias feitas pelos três computadores a laser estavam prontas.

O trabalho da Constituinte já esgotou a verba do Prodasen até julho, que era de C\$ 117 milhões, e existe pedido de orçamento suplementar à ordem de C\$ 177 milhões, considerado "razoável" até o final dos trabalhos da Constituinte.



Para Saulo, texto tem "Português lamentável"

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

O texto do anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte "é excessivamente analítico, estabelece normas sem conteúdo objetivo, tem um português lamentável e um discurso jurídico falho". Esta é a opinião do consultor-geral da República, José Paulo Ramos, que acrescentou que o projeto divulgado ontem "é uma total degradação do sentido da norma constitucional, que passa a dispor virtualmente sobre tudo, enfim, uma tristeza".

O consultor disse que leu o anteprojeto "por dever de ofício". Segundo ele, do ponto de vista da forma, "o documento é estereotipado", a começar pelo artigo primeiro, onde se lê que "o Brasil é uma nação fundada...". "Este é um erro lamentável", disse Saulo Ramos, explicando que "a Constituição tem de dizer que o Brasil é uma República. Nação é claro que é".

A principal crítica do jurista, entretanto, recaiu sobre a definição da

forma de governo como parlamentarista: "O parlamentarismo só funciona em Estados unitários, não federais, e em regimes monárquicos, como a Inglaterra, a Suécia, a Holanda e o Japão". A única federação que funciona em regime parlamentarista, conforme lembrou, é a Alemanha, "um meio país; a outra metade está no lado de lá do muro e é para o lado de lá do muro que este projeto de Constituição está querendo nos jogar", disse concluindo: "Não vai conseguir". Até quarta-feira, o consultor-geral da República entregará ao presidente Sarney uma proposta de emenda constitucional estabelecendo o presidencialismo puro como a futura forma de governo.

Ao dar a informação, ontem, uma fonte do Palácio do Planalto explicou que a emenda chegará à Comissão de Sistematização através de um deputado da Aliança Democrática. A fonte informou, ainda, que o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, é quem está coordenando a ação ofensiva do palácio do Planalto.

O prazo para emendas termina na quarta-feira

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

Começa hoje e vai até quarta-feira o prazo para que os constituintes possam alterar o substitutivo do relator Bernardo Cabral. A expectativa é que nesse período não se repita o grande número de propostas registradas no primeiro anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização (foram 20.791 emendas apresentadas em plenário). Na atual fase, as emendas de mérito servirão de base para a elaboração do segundo e definitivo substitutivo que vai a plenário.

Para definir seu novo projeto, Bernardo Cabral terá igualmente seis dias (de 3 a 7 de setembro). O documento não deverá sofrer muitas alterações, com exceção dos temas que nasceram polêmicos, permaneceram assim no primeiro substitutivo e continuarão nessa condição até a decisão final do plenário. É o caso da reforma agrária, sistema de governo, duração do mandato do presidente Sarney e anistia para os militares punidos por motivos políticos.

Antes de seguir para o plenário da Constituinte, o segundo substitutivo de Bernardo Cabral terá tramitação dentro da Comissão de Sistematização entre 10 e 17 de setembro, conforme o cronograma estabelecido pela assessoria da comissão.

A partir de 18 de setembro os constituintes discutirão e votarão o substitutivo em primeiro turno. Na fase seguinte somente poderão ser

apresentadas, como consequência das votações, emendas supressivas ou de redação. O plenário decidirá apenas o mérito dos artigos, adequando o texto constitucional. Não há prazo formalizado para o final da última etapa da Constituinte, mas a previsão é que a Constituição seja promulgada em 15 de novembro.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, determinou que, a partir de hoje, a Comissão de Sistematização terá um tempo maior para seus trabalhos. O grupo estará se reunindo no plenário da Câmara dos Deputados às terças, quintas e sextas-feiras. As tardes das segundas-feiras continuarão reservadas às sessões ordinárias da Constituinte. Se houver necessidade, segundo Ulysses, poderão ser convocadas sessões extraordinárias da Constituinte para qualquer dia, por iniciativa dele próprio ou de lideranças partidárias que representem um terço dos parlamentares. Ele atendeu assim a um pedido de relator Bernardo Cabral, para quem a Sistematização entra agora em sua fase decisiva.

Ulysses esclareceu ainda que as emendas ao novo substitutivo de Cabral, na Comissão de Sistematização, terão o mesmo tratamento das apresentadas em plenário anterior. Isso significa que para as novas emendas também poderão ser requeridas votações em separado e, depois, em plenário, o que dará oportunidade para que os grupos partidários se articulem em defesa de suas posições.

Deputado representa contra farsa

Por considerar que a encenação da entrega do novo substitutivo do relator Bernardo Cabral ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, "quebrou o decoro parlamentar", o deputado João Cunha (PMDB-SP) fez entrada ontem, na Mesa da Assembleia Nacional, de uma representação contra os dois

constituintes. Ele anexou a seu pedido trechos das matérias publicadas por O Estado de S. Paulo, Jornal de Brasília, e Correio Braziliense, dando conta de que a entrega do substitutivo foi "mais uma farsa", "apenas formalidade", "só uma encenação", embora Ulysses Guimarães, segundo João Cunha, em se-

guida tivesse feito declarações à imprensa, fingindo-se emocionado, como se estivesse realmente com o texto definitivo nas mãos. "Essa encenação", assinalou o parlamentar, "da qual participei com ares de solenidade o senador Afonso Arinos, mostra o quanto avançou a cúpula dirigente desta Constituinte no desrespeito pela Nação".

Pontos polêmicos, só no voto

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

A futura Constituição brasileira começou a ser definida com a divulgação, na madrugada de ontem, do primeiro substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), quando se tomou conhecimento das soluções jurídicas e políticas sugeridas para o norte, possivelmente a partir de dezembro, a vida política, social e econômica do País.

O substitutivo evidenciou, também, os pontos polêmicos que somente terão definição no voto em plenário, a partir da segunda quinzena de setembro ou início de outubro: reforma agrária, sistema de governo, a duração do mandato presidencial, anistia para os militares, destinação constitucional das Forças Armadas, conceituação de empresa nacional e empresa estrangeira, garantias para o trabalho e direitos do trabalhador, concessões de canais de rádio e televisão, fim do nepotismo e dos marajás, facilidades para a formação de partidos políticos e para que eles tenham representação nacional, entre outros. Alguns desses pontos representam novidades ou avanços; outros, recuos. E, às vezes, nem uma única palavra, só uma linha pontilhada, como foi o caso da implantação do sistema parlamentarista de governo, apenas sugerido pelo relator Bernardo Cabral no "Cabral Um", como está sendo chamado seu projeto.

Os constituintes têm, a partir de hoje, mais uma oportunidade para emendar o substitutivo, embora seja a última em que poderão mexer no conteúdo do projeto de Constituição. Depois somente no plenário é que os temas polêmicos ou aqueles que refletem interesses específicos de determinados grupos serão resolvidos definitivamente.

De todo modo, exceto naquilo que for realmente polêmico e poderá ser radicalmente modificado, o primeiro substitutivo já dá uma boa amostra do que será o segundo substitutivo e, de certa forma, a futura Constituição brasileira, que Ulysses Guimarães quer promulgar em 15 de novembro deste ano, enquanto o relator Bernardo Cabral calcula somente ser possível em meados de dezembro.

O projeto de Constituição saído do substitutivo é bem maior do que a atual Constituição — tem 305 artigos, enquanto a carta vigente tem 180, e conta com 69 disposições transitórias, enquanto no texto atual são apenas 37. Examinando-se o substitutivo Cabral, vê-se que os artigos e disposições transitórias representam 1.742 dispositivos (entre artigos, parágrafos, itens, alíneas, letras e números que compõem um texto legal). A previsão dos políticos é que o texto definitivo será bem mais enxuto, situando-se por volta de 250 a 280 artigos — o ideal, segundo preconiza Bernardo Cabral.

A seguir, os temas principais do substitutivo e o tratamento que lhes foi dado pelo relator Bernardo Cabral:

Reforma agrária — Criou-se a possibilidade de uma vitória, antes da desapropriação do imóvel rural, para se examinar sua função social. Após a desapropriação, o proprietário poderá recorrer à Justiça Federal (a Justiça Agrária foi eliminada), que terá 90 dias para conceder a imissão de posse. Se ficar comprovada a função social da terra, a indenização será feita em dinheiro, mas, se essa função não for comprovada, será paga em títulos da dívida agrária (TDA), resgatáveis em 20 anos. Em nenhuma hipótese, a desapropriação será suspensa.

Sistema de governo — Todo o substitutivo é parlamentarista, com a divisão dos poderes entre o primeiro-ministro (chefe do governo) e o presidente da República (chefe de Estado). O primeiro-ministro será indicado pelo presidente e confirmado, ou não, pela Câmara Federal (o nome da Câmara dos Deputados). Mas sobre ele, seis meses após o início do governo, poderá incidir moção de censura ou desconfiança e o seu gabinete poderá ser der-

rubado. O presidente da República mantém poderes de dissolver a Câmara Federal em circunstâncias específicas — entre elas a falta de maioria para governar e a rejeição, por três vezes seguidas, de indicações do nome para primeiro-ministro. O substitutivo não determina a data de implantação do parlamentarismo, que será definida após a aprovação do sistema de governo.

Duração do mandato presidencial — O substitutivo mantém o que quis o presidente José Sarney: cinco anos. Mas esse prazo pode mudar para quatro ou até ficar nos atuais seis anos, dependendo dos constituintes.

Anistia — Não tão ampla como esperado, mas ainda o suficiente para provocar polêmica e atrair críticas dos militares, a anistia não beneficia os cabos, soldados e marinheiros punidos em 1964, mas garante o direito de reclamar na Justiça àqueles que foram punidos entre julho e dezembro de 1969, porque o documento de cassação, na época, teve falsificada a assinatura do presidente Costa e Silva, que já estava inválido e não poderia ter assinado. Não haverá reintegração de militares (eles serão promovidos e passarão à reserva) nem indenização (os anistiados passarão a receber a partir da promulgação da futura Constituição).

Forças Armadas — As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destas, da ordem constitucional.

Empresa nacional — Ficou bem dividida a conceituação de empresa nacionalmente nacional e de empresa nacional de capital estrangeiro, dando-se prioridade à primeira. O que foi posto no substitutivo não deverá vir, pois o relator Bernardo Cabral já prepara um novo texto, mais claro.

Estabilidade — Ficou expresso o conceito de que o contrato de trabalho será protegido contra dispensa motivada ou sem justa causa, nos termos da lei (ou seja, nos termos da lei ordinária que posteriormente será votada pelo Congresso Nacional).

Penas — Não haverá pena de morte, prisão perpétua, trabalhos forçados nem banimento — a pena de morte, contudo, poderá ser aplicada em tempos de guerra.

Concessão de canais de rádio e televisão — O substitutivo foi alterado à última hora, pois não reflete o que anunciou antes o relator. Como está, o Congresso Nacional poderá, se assim o decidir, facultativamente, examinar as concessões, que terão duração de 15 anos, para televisão, e de dez anos, para rádio, e serão automaticamente renováveis.

Nepotismo — O substitutivo proíbe a contratação de familiares até o segundo grau, na mesma repartição dirigida pelo parente, nos casos de cargos de confiança.

Marajás — É fixado um teto e um piso salarial no serviço público.

Identificação criminal — Ninguém mais poderá ser identificado, sem antes ter sido condenado pela Justiça.

Direitos trabalhistas — As empregadas domésticas passarão a ter direito, segundo o substitutivo, ao salário mínimo, à integração à Previdência Social, a férias, ao 13º salário e ao aviso prévio.

Sindicatos — É garantida a pluralidade sindical, mas, se uma determinada categoria tiver mais de uma entidade sindical, apenas uma estará credenciada junto ao governo.

Naturalização — Os brasileiros naturalizados têm todos os direitos dos brasileiros natos, mas não poderão ser presidente da República, primeiro-ministro, presidente da Câmara Federal e do Senado da República (novo nome do Senado Federal), ministro do Supremo Tribunal, nem ingressar nas carreiras diplomática e militar.

Reciprocidade — Os portugueses

têm os mesmos direitos de que desfrutam os brasileiros em Portugal.

Partidos políticos — As dificuldades para a formação dos partidos acabaram: basta que a legenda tenha 0,5% do eleitorado para se formar. O partido será considerado de âmbito nacional se tiver representante na Câmara ou no Senado.

Defensor do povo — Finalmente, a Constituinte vai consagrar a figura do defensor do povo, o ombudsman europeu, que será eleito pela Câmara Federal por um mandato de quatro anos, com o objetivo de defender os interesses e apurar as denúncias do cidadão.

Ampliação da Câmara — O substitutivo não fixa o número máximo de deputados, mas garante a representação, por estado, entre o máximo de 80 deputados (o que beneficiaria São Paulo) e o mínimo de oito. Os territórios terão, no máximo, quatro deputados federais cada um.

Criação de estados — Um plebiscito nos estados envolvidos nos projetos de divisão, a 15 de novembro de 1988, resolverá a questão. Até lá, uma comissão especial estudará a questão da redivisão territorial brasileira.

TRIBUTAÇÃO

A distribuição das receitas tributárias entre a União e os Estados e municípios é outro ponto polêmico do substitutivo de Bernardo Cabral. O relatório manteve a divisão aprovada pela comissão temática, em junho, que destina 46% da arrecadação de Imposto de Renda e do IPI aos Fundos de Participação de Estados e Municípios e às regiões Norte e Nordeste.

O governo federal ameaça cobrar mais impostos para cobrir o rombo que essa transferência provocaria no orçamento da União (hoje, o fundo de participação chega a 33% da arrecadação do IR e IPI). Mas há outros pontos polêmicos no projeto: a incorporação dos impostos únicos sobre combustíveis, energia, e do ISS ao ICM, e a autorização para que os municípios criem um imposto sobre vendas a varejo, por exemplo. Além disso, os Estados poderão cobrar um adicional do Imposto de Renda, equivalente a 5% do que pessoas físicas e jurídicas terão de pagar ao governo federal.

No capítulo do Sistema Financeiro, o projeto prevê a elaboração de leis complementares sobre as finanças públicas e o sistema financeiro privado. Esta última deverá definir um dos pontos que provocaram mais polêmica na fase de discussão nas comissões: a autorização para o funcionamento de instituições financeiras estrangeiras no Brasil.

O projeto proíbe também que o Banco Central financie direta ou indiretamente o Tesouro, e estabelece uma distinção clara entre as funções dos dois órgãos, cabendo ao Tesouro a emissão de títulos da dívida pública e as atividades de fomento, e reservando-se ao BC suas funções "clássicas" de autoridade monetária — emissão de moeda e controle da oferta da moeda e da taxa de juros, através da compra e venda de títulos do Tesouro no mercado secundário, além da guarda das reservas do País.

O projeto determina ainda que a União não se responsabilizará pelos depósitos ou pelas aplicações das instituições financeiras, acabando com o "pronto-socorro" do Banco Central para bancos e outras instituições, em eventuais dificuldades.

Finalmente no capítulo dos orçamentos, o projeto determina que todos os gastos da União deverão ser aprovados pelo Congresso, através da apresentação de três orçamentos: o orçamento fiscal, o orçamento das empresas estatais e o orçamento da Previdência Social. Uma comissão mista permanente do Congresso deverá aprovar e acompanhar a execução desses orçamentos.